

INTEGRAÇÃO É A PALAVRA DE ORDEM DOS PRESIDENTES

A união da América do Sul para defender com maior força os seus interesses comuns. Esse foi um dos principais resultados da reunião dos doze presidentes do subcontinente, realizada em Brasília na semana passada.

Muitos problemas foram abordados - da miséria à violência, do narcotráfico e seu poder desestabilizador até a necessidade de integrar as áreas de infra-estrutura, de energia e de telecomunicações e as dificuldades de se viabilizar o processo, com a materialização de fontes de financiamento.

As dificuldades não ofuscaram a vontade dos presidentes de integrar a região, tendo em vista, sobretudo, o desafio de concluir as negociações, até 2005, para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Tanto que anunciaram a meta de se chegar a um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina, a vigorar a partir de 2002, com a participação do Chile, da Guiana e do Suriname.

Naturalmente, há problemas de outra ordem. Como disse Fernando Henrique Cardoso, na abertura do evento, é vital para a região que os parceiros mais ricos do Hemisfério-- leia-se Estados Unidos e Canadá - desmantelem suas barreiras comerciais. "A Alca só se justificará na medida em que possa representar um instrumento para a superação dos desníveis sócio-econômicos nas Américas", disse. No Comunicado de Brasília, os doze presidentes reiteraram que a Alca será formada a partir da consolidação dos processos sub-regionais de integração. Um recado foi dado por eles: serão intensificados os esforços para a coordenação de posições relacionadas ao processo hemisfério e a Alca só será concretizada se tiver resultados abrangentes e equilibrados que satisfaçam o interesse de todos os países envolvidos, considerando "as diferenças de desenvolvimento e o tamanho das economias" de cada um. Entendem que a formação de um espaço econômico ampliado na América do Sul se dará com base no princípio do "regionalismo aberto", reforçando a região também em relação às negociações com blocos - como a União Européia.

Desse modo, o entendimento entre o Mercosul e a Comunidade Andina, que a partir de outubro começam a se entender para a assinatura do acordo de livre comércio, deve ser visto com uma oportunidade para o maior desenvolvimento da região e também para uma maior integração sul-americana na economia internacional. Os presidentes entendem que a coesão é fundamental para enfrentar os desafios da globalização, que poderá trazer benefícios à região, como a ampliação do comércio e a expansão do fluxo de investimentos.

Fizeram questão de assinalar, contudo, a existência de alguns problemas que não dependem da região, como um ambiente econômico externo favorável que complemente os esforços nacionais e regionais, assim como a importância de preços adequados a produtos básicos exportados pela região.

Os doze países sul-americanos não vão ficar na retórica. Já em novembro, no Uruguai, haverá reunião de ministros dos Transportes de cada um dos países, para dar seguimento à proposta brasileira de realizar a integração física do continente. O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, apresentou na reunião o Plano de Ação para integração do setor de infra-estrutura regional, feito com ajuda da Corporação Andina de Fomento (CAF).

No encontro, serão discutidas fórmulas que estimulem e viabilizem o pleno engajamento da iniciativa privada no processo.

O estudo é um dos resultados concretos da reunião. É necessário deixar de ver as fronteiras como elemento de isolamento e vê-las como possibilidades de sinergias entre um ou mais países, em benefício das populações locais, privilegiando um espaço de cooperação e evitando a superposição de recursos financeiros e humanos. Integração e desenvolvimento da

infra-estrutura física são duas linhas de ação que se complementam. É disso que dependerá a formação do espaço econômico ampliado da América do Sul.

A idéia é possibilitar atração de investimentos privados, com respeito ao meio ambiente e sustentabilidade social. Desse modo, os doze países passam a estudar a identificação de obras de interesse bilateral e sub-regional. Para financiar as obras, deverá haver esforços entre governos, setor privado e instituições multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), CAF, Banco Mundial e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

A engenharia financeira será analisada, pois ainda não há estimativas sobre o montante necessário à modernização e integração da área. Porém, há técnicos que prevêem no mínimo US\$ 150 bilhões para atender minimamente as necessidades de integração entre os doze países.

Na área de informação, conhecimento e tecnologia, a grande novidade ficou por conta do anúncio do governo brasileiro de criar um programa específico para o setor, com o estabelecimento de um fundo sul-americano de estímulo às atividades de cooperação científica e tecnológica na região, com participação aberta a todos os países, favorecendo novas atividades e aquelas em curso. A percepção dos presidentes é de que o salto no desenvolvimento regional passe pela criação de uma melhor base científica e tecnológica, incluindo integração de novas tecnologias nos sistemas educativos, tais como a Internet.

Decidiu-se também que será dada ênfase à necessidade de se levantar dificuldades de ordem legal e regulatória para o livre trânsito de produtos e pessoas entre as fronteiras. Sobre o narcotráfico, assinalaram a responsabilidade compartilhada entre países produtores, de trânsito e consumidores de droga.

ENCONTRO EM BRASÍLIA É DIVISOR DE ÁGUAS

Há quem diga que a primeira reunião dos presidentes da América do Sul, realizada na quinta e sexta-feiras em Brasília, representa uma linha divisória no desenvolvimento político e econômico da região. Pela primeira vez, os 12 presidentes dos países sul-americanos se reuniram para discutir

problemas comuns, que vão da luta contra o narcotráfico ao estabelecimento de uma zona de livre comércio no subcontinente. Nas palavras do Comunicado de Brasília, o inédito encontro 'marcará um renovado rumo de entendimento'.

Não cabe dúvida de que o ocorrido em Brasília é excepcional. Embora ninguém tenha negado que numerosos obstáculos persistem e ainda dificultam uma integração regional mais profunda, a reunião mostrou que existe uma vontade política inédita na América do Sul para progredir em uma mesma direção.

Entre os chefes de Estado, prevaleceu um destacado ar de otimismo com relação ao futuro da cooperação regional.

Mas também houve os mais céticos. No dia anterior ao encontro, o presidente do Conselho Empresarial da América Latina (Ceal), Roberto Teixeira da Costa, manifestou dúvidas quanto à possibilidade de unir o Mercosul e a Comunidade Andina em uma área de livre comércio antes de janeiro de 2002, prazo fixado pelos presidentes. Citou as disputas que sacudiram o Mercosul no último ano e declarou que uma proposta de 'união sul-americana é muito mais problemática'.

REGIÃO TERÁ LIVRE COMÉRCIO

Antes de janeiro de 2002, a América do Sul será uma zona de livre comércio. Essa foi a afirmação dos 12 presidentes dos países da região presentes à reunião da semana passada, em Brasília. Durante o encontro, o presidente Fernando Henrique Cardoso propôs uma maior cooperação regional em cinco áreas: a consolidação da democracia representativa, o comércio, o

desenvolvimento da infra-estrutura regional, a luta contra o narcotráfico e a evolução da tecnologia da informação no subcontinente.

Para os líderes sul-americanos, o primeiro passo para a formação de um espaço econômico sul-americano é um acordo de livre comércio entre os dois principais blocos da região, o Mercosul e a Comunidade Andina. 'O entendimento Mercosul-Comunidade Andina é um dos pilares para estruturação da América do Sul', afirmou Cardoso. Ele negou, porém, que a criação de uma zona sul-americana de livre comércio se colocasse como alternativa à formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Para Cardoso, trata-se apenas de fortalecer as perspectivas da região nas negociações sobre a Alca, assim como com a União Européia, no caso de um eventual acordo de associação com o bloco europeu.

Um aspecto crucial e não resolvido da integração regional é o da infra-estrutura. Nesse sentido, Cardoso revelou que as chancelarias dos países sul-americanos estão sendo instruídas a constituir um fórum consultivo, com participação empresarial, para identificar ações conjuntas em escala regional. 'O objetivo é assegurar num horizonte de dez anos a ampliação e modernização da infra-estrutura física da América do Sul nas áreas de transporte, energia e comunicações', disse Cardoso.

PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL MARCAM POSIÇÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A Cúpula de Brasília, que reuniu chefes de Estado dos doze países da América do Sul na semana passada, na capital brasileira, abriu um novo capítulo para as nações do continente. Histórica sob todos os aspectos, a reunião demonstrou, antes de mais nada, um espírito de coesão e solidariedade poucas vezes verificado entre as nações da região.

O relativo isolacionismo dos países sul-americanos - legado da cultura colonialista ibérica - foi, a propósito, um dos cinco temas que dominaram o encontro dos chefes de Estado sul-americanos. Desenhou-se, durante a cúpula, o mapa de uma América do Sul mais orgânica, integrada por grandes projetos de infra-estrutura, em especial nas áreas de transportes, energia e telecomunicações.

Identificadas, essas obras representam uma oportunidade única para dinamizar as economias regionais, seja pelo impacto em si da execução dos projetos, estimados em torno de US\$ 125 bilhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) num horizonte de cinco anos, seja pelos óbvios benefícios proporcionados pela implantação de gasodutos, usinas hidrelétricas, rodovias, linhas de comunicação, ferrovias, dentre outros.

Estudos do BID já constataram a viabilidade econômica de projetos, como as ligações ferroviárias Acre-Peru e Paranaguá-Antofagasta via Paraguai/Argentina.

BLOCO ACIONA A SUA AGENDA EXTERNA

O início formal das negociações entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN), para a criação de uma zona de livre comércio entre ambos, começará em outubro. O processo está estagnado desde 1998. Na ocasião, será estabelecido um cronograma de negociações e uma lista de temas visando a assinatura de um acordo, no máximo até 31 de dezembro de 2001. O acerto ocorreu no dia 30, em Brasília, durante reunião entre o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que exerce a presidência pró-têmpore do Mercosul, e seu colega venezuelano Hugo Chávez, que agora preside a CAN.

O encontro ocorreu na véspera da reunião dos presidentes dos doze países da América do Sul, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro.

Segundo uma nota conjunta dos dois países, ambos os presidentes apontaram o significado histórico para toda a América do Sul da decisão de se estabelecer um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Segundo um diplomata brasileiro, o processo se fortalece, devido ao processo de incorporação do Chile ao Mercosul como sócio pleno e às gestões para que Guiana e Suriname se aproximem dos dois blocos.

CEPAL REÚNE E PADRONIZA DADOS LATINO-AMERICANOS

Tornar disponíveis informações conjunturais - como as referentes a carga tributária, dívida pública, variação de taxas de juros, renúncias fiscais e incentivos - tornou-se essencial para países e regiões que pretendem atrair investimentos dos grandes grupos internacionais.

Esse é um dos motivos por que foi dada tanta ênfase - durante a reunião de presidentes da América do Sul, na semana passada, em Brasília - à formação de uma infra-estrutura comum que ampare a integração dos países sul-americanos.

Nesse sentido, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), acaba de concluir estudo conjunto com governos dos países latino-americanos, em que são reunidas e padronizadas as principais informações macroeconômicas e conjunturais da região. As fontes dos dados são, basicamente, governamentais. (***Gazeta Mercantil, 04/09/2000***)

[regressar ao Correio Sindical Mercosul](#)